

**HABEAS CORPUS Nº 487.697 - SP (2019/0000005-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARIO BERNARDES DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : MARIO BERNARDES DE OLIVEIRA - SP369174**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCOS PAULO DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

**MARCOS PAULO DA SILVA** alega sofrer constrangimento ilegal em virtude de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu o pedido liminar..

Nesta Corte, a defesa sustenta a **ausência de motivação idônea para decretar a custódia preventiva do paciente**, na sentença que o condenou à pena de 10 anos, 5 meses e 18 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 18 dias-multa, como incurso nos arts. 157, § 2º, I, II e V, e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal. Ressalta que o acusado havia sido anteriormente beneficiado com a revogação da prisão cautelar, ante o excesso de prazo para o encerramento do feito.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida pelo Ministro **João Otávio de Noronha**, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 10/1/2019 (fls. 15-16 e 61).

Prestadas as informações (fls. 63-121), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração (fls. 125-128).

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não

deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**O prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o**

**próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete:**

(a) **o retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

Na espécie, noto que o Desembargador plantonista **ressaltou a deficiência da instrução do writ originário** e considerou, em análise perfunctória, que a **superveniência da sentença pode ensejar nova decretação da custódia preventiva, a despeito de sua anterior revogação por excesso de prazo.** Confira-se (fl. 9, grifei):

Inicialmente, verifica-se que o impetrante **não apresentou com a inicial cópia da decisão impugnada, quadro apto a inviabilizar por completo a análise das alegações deduzidas.**

De outra banda, convém notar que o v. Acórdão emanado do Colendo Superior Tribunal de Justiça determinou o relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo na formação da culpa, **com ressalva quanto à possibilidade de nova decretação da custódia cautelar diante de eventual alteração da situação fática, decorrendo a segregação provisória, agora, de título condenatório.**

Na esteira do entendimento desta Corte Superior, não está evidenciada, de pronto, **ilegalidade manifesta ou mácula no decisum monocrático.** Logo, não se justifica a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça.

Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, **não conheço deste habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

